



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 53 - 2ª Quinzena de julho de 1993 - Cr\$ 15.000,00

Que as plenárias estaduais da CUT aprovelem uma

Campanha Nacional de Luta

**Preparar a Greve Geral por
tempo indeterminado**

Abaixo Itamar!

UNE:

Balanço do Congresso

**Um Congresso de
conciliação**

**com o governo
e os tubarões do
ensino pago.**

**Denunciar a
demagogia da
campanha burguesa
contra a fome.**

**Defender uma
verdadeira campanha
de luta contra a fome.**

Fora o imperialismo da Somália !

O que acontecerá com o reajuste mensal?

Finalmente, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto original de reajuste mensal de 100% da inflação passada e de aumento de 3% acima da inflação para o salário mínimo. Isto

ocorreu depois do Senado ter modificado o projeto para um reajuste de 60% da inflação e eliminação dos 3% para o salário mínimo. Os trabalhadores devem estar se perguntando porque é que os mesmos partidos que aprovam 100% na Câmara votam 60% no Senado. Ocorre que estão manobrando em função dos interesses eleitorais. Sabem que o governo pode vetar a lei aprovada e sancionar uma outra com 60% ou até menos. Depois, para se quebrar o veto presidencial, é necessário um quórum parlamentar altíssimo, que praticamente inviabiliza a lei original.

O fato de Itamar indicar que vai vetar o reajuste mensal de 100% demonstra o quanto este governo está a serviço

da miséria das massas. Todos nós sabemos que um reajuste de 100% da inflação passada, na casa de mais de 30% ao mês, mantém o arrocho. Isto porque não repõe integralmente a perda inflacionária e porque mantem as perdas anteriores. Para se repor a inflação é necessário o mecanismo da escala móvel do reajuste, ou seja, o reajuste automático de acordo com a inflação presente. Se os capitalistas estão elevando os preços semanalmente, a escala móvel deve ser equivalente, o mesmo ocorre no caso de aumentos diários. Assim, o projeto de 100% e os 3% para o salário mínimo de forma alguma atinge a alta lucratividade dos burgueses e muito menos resolve a situação de miséria da maioria oprimida.

O governo tem utilizado o argumento de que o Estado não tem como pagar o salário reajustado mensalmente, pois quebraria instituições como a Previdência Social e os municípios. Com isso quer dizer que o funcionamento da máquina estatal deve se dar sobre a miséria do funcionalismo. O governo esconde os fatos. Ou seja, 64% do Orçamento da União estão empenhados para pagar a dívida interna e externa com os grandes grupos de banqueiros, que vivem de agiotagem. Uma outra coisa é que a corrupção e a politicagem esbanjam uma fábula de dinheiro. A sonegação de bilhões e bilhões de cruzeiros em impostos pelos grandes capitalistas é

a outra medalha da verdade. De forma alguma, o reajuste mensal dos salários afetaria o Orçamento do Estado. E mesmo que afetasse, trata-se de defender a vida dos assalariados no sistema capitalista de exploração do trabalho.

Os reformistas que têm defendido os 100% de reajuste passado afirmam que não se pode aplicar a escala móvel de reajuste porque aí sim quebraria a economia. Podemos ver que o projeto de reajuste de 3% para o salário mínimo é uma farsa, porque não se trata de aumento real. Por outro lado, se fosse um aumento acima da inflação pouco significaria para um salário mínimo que hoje deveria estar acima de 30 milhões de cruzeiros. Nega-se pagar os assalariados o mais elementar de sua existência, que é o salário mínimo real capaz de sustentar uma família de 4 pessoas.

É necessário que o movimento operário levante a bandeira de escala móvel do salário e salário mínimo real. Devemos aproveitar o conflito do Congresso Nacional com o veto do governo para organizar uma ampla campanha nacional de luta. Que a CUT convoque imediatamente os sindicatos a realizarem assembleias por todo o país e lançar a formação dos comitês de combate contra a fome e a miséria. Sob essa base preparar a greve geral por tempo indeterminado pelas reivindicações básicas e pelo fim do governo antinacional e antipopular.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970



Nacional

Aprofunda-se a crise do regime político

A nomeação do Coronel Wilson Romão para a direção da Polícia Federal e o protesto dos delegados colocando à disposição os seus cargos de superintendente abriram uma tremenda divisão nos órgãos de repressão do Estado. Em seguida a nomeação do militar para o comando da Polícia Federal, o setor de espionagem ameaçou colocar a público um dossiê sobre o Ministro da Justiça Maurício Corrêa. De fato, divulgou-se a notícia de que o Ministro havia recebido dinheiro estrangeiro para sua campanha eleitoral e que havia fraudado a Receita Federal.

Além dessas ameaças que poderiam expor toda a podridão do Estado burguês, os policiais aprovaram uma greve, exigindo melhorias salariais. Ao mesmo tempo, servindo de pressão contra o Ministro Corrêa. A colocação do governo de que não pode admitir tamanha indisciplina e sua disposição de substituir os agentes pelo exército comprovam o choque das facções do aparelho repressivo. A Polícia Federal é um órgão fundamental de segurança do Estado, pelo fato de orientar as informações da crise social e munir o governo para as medidas repressivas.

Diante da situação demissionária dos delegados e das ameaças de ampliação do movimento dos agentes, o Ministro da Justiça procura um acordo de afastamento do Coronel Romão da direção da Polícia Federal e nomeação de um delegado da Corporação, o que demonstra o poder da Polícia Federal sobre o governo. O recuo pretendido pelo Ministro revela a ampla influência dos órgãos de repressão no Estado. Não é o débil governo de Itamar que controla o aparelho repressivo, mas é este que controla o governo. A manutenção da ditadura da burguesia sobre a maioria explorada depende da capacidade de repressão policial e militar.

Longe de se tratar de um mero

conflito de facções, trata-se do avanço da crise do regime político. O que quer dizer desagregação do Estado frente a aguda crise econômica, divisão interburguesa e luta de classes. O vazamento de informação sobre a prisão de PC Farias pela cúpula da Polícia Federal, que permitiu sua fuga com o apoio da Polícia Militar de Alagoas, foi apenas o estopim da crise. Demonstrou o descontentamento da camarilha dos delegados com o impeachment de Collor e sua total insubordinação frente ao questionado Ministro da Justiça.

Com a bancarrota de Collor e o continuísmo de Itamar a desagregação das relações de poder no Estado se ampliou, a ponto de atingir os órgãos de repressão. Não é por acaso que setores golpistas vem apresentando a necessidade de estabelecer uma nova ditadura militar, como forma de disciplinamento das forças burguesas que atuam no Estado, de centralização do comando governamental dilacerado e de repressão direta a luta das massas. Abertamente, o deputado Bolsonaro prega o golpe militar. O próprio Itamar tem utilizado como chantagem para pressionar o Congresso Nacional e para manter a subordinação da burocracia sindical a ameaça de Fujimorização.

O aprofundamento da crise de regime expressa a incapacidade da burguesia de solucionar a quebra econômica, o maior controle do imperialismo sobre o país e a crise social, que tende a se transformar em aguda luta de classes. A aplicação de planos econômicos antinacionais e antipopulares se choca com a democracia burguesa e a desintegra. Por isso, o impasse da governabilidade não diz respeito apenas ao governo, mas a própria forma democrático burguesa do regime político. Eis porque a quebra da centralização do po-

der nas mãos do governo se amplia aceleradamente. A necessidade de sustentar a governabilidade coloca para a burguesia a militarização do país.

Os partidos burgueses democratizantes e os reformistas de esquerda eleitorais se mostram cada vez mais impotentes para enfrentar as contradições da crise capitalista, que tem suas raízes no esgotamento mundial. Os reformistas (PT, PCdoB, etc) têm colocado com objetivo assegurar a governabilidade de Itamar através da contenção da luta de classes e ampliação do eleitoralismo. Esta via significará a manutenção do regime político em crise. Ao contrário dela, é necessário que o proletariado combata abertamente a burguesia e seu governo. Somente uma política de independência de classe pode organizar a maioria nacional oprimida contra o esmagamento das condições de vida da população e em defesa de uma saída revolucionária para por fim ao regime burguês. É necessário nesta situação levar para as massas a bandeira da luta por um governo operário e camponês, saído da revolução proletária.

Nacional



A Câmara dos Deputados, para aprovar o IPMF, que tributará essencialmente os assalariados, impôs como condição que 20% da arrecadação fossem aplicados no Fundo Nacional de Saúde e na criação do Conselho Especial de Habi-

tação Popular. Desta maneira, os parlamentares pretendam dourar o IPMF com finalidades sociais. Inclusive o PCdoB votou a favor na primeira rodada com esse argumento mentiroso, mudando posteriormente seu voto. Pois bem, Itamar acaba de sancionar o IPMF, vetando os ar-

tigos destinados à Saúde e à Habitação. Mais uma vez, os deputados e o governo impõem uma farsa antipopular.

Mesmo que o governo tivesse se comprometido com o repasse social, o movimento operário deveria dizer não ao IPMF. Devemos ser intransigentemente contra a taxa-ção sobre os salários. Quem deve pagar imposto é o grande capital, que explora as massas e concentra a maior parte da riqueza nacional. O IPMF de qualquer maneira é uma medida antipopular, que de forma alguma pode ser justificada com o argumento mentiroso dos estalinistas (PCdoB).

O IPMF é um instrumento que livra os capitalistas de impostos, por duas razões: 1) Repassarão

para os produtos o imposto; 2) Os trabalhadores além de pagarem o IPMF na fonte também pagarão na compra do produto. A CUT através do PT acabou se comprometendo com essa medida antipopular. É necessário que rompa com a farsa e coloque como uma das reivindicações para a campanha nacional de luta o fim do IPMF para todos os assalariados e escala móvel dos reajustes dos salários para enfrentar o repasse inflacionário que farão os capitalistas.

Abaixo os impostos sobre os salários! Que os capitalistas paguem impostos! Que os impostos sejam destinados à Saúde, Educação, Habitação e para constituição de um fundo de desemprego, que assegure a existência dos trabalhadores!

A política estalinista frente ao governo Itamar

A Resolução da Comissão Política do PCdoB de 21/6/93 acena o rompimento do apoio do partido ao governo Itamar. Até então os estalinistas caracterizavam Itamar como um governo democrático progressista, por representar tendências nacionalistas. Tal caracterização se mostrou falsa do começo ao fim. Desde as primeiras horas de seu governo, Itamar assumiu a continuidade do Plano Collor, ou seja, do diretriz neoliberal imposta pelo imperialismo.

No ponto 4 da Resolução se afirma: "Outra característica essencial da política econômica anunciada pelo governo é o deslavado entreguismo. Anunciam-se medidas para ampliar e acelerar as privatizações elevar a 100% o nível de participação do capital estrangeiro na aquisição de estatais". A Comissão Política pretende com isso dizer que houve uma modificação na orientação do governo, coincidente com a posse do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Isso é faltar com a verdade. Em nenhum momento o governo Itamar questionou o Plano de Desestatização de Collor e bem antes da posse de Fernando Henrique já havia anunciado sua intenção de ampliar de 40% para 100% a participação do capital estrangeiro nas privatizações.

A passagem de uma posição a outra pela direção do PCdoB não corresponde a uma autocrítica por ter apoiado um governo burguês antinacional e antipopular. Ela reflete o descontentamento da base militante que não pode compreender a política de apoio a Itamar. O conteúdo geral e a conclusão da Resolução da Comissão Política demonstram que na verdade o partido não se lança em luta contra o governo pró-imperialista. Não basta caracterizar a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. É necessário chamar as massas a derrotá-lo através da ação revolucionária.

Diz a Resolução: "Diante da gravidade dos problemas nacionais e sociais, mais do que nunca é necessária a união de todas as forças nacionais e democráticas para formar um amplo movimento em defesa da soberania nacional

ameaçada e pelo resgate da dignidade do povo brasileiro". Com esta generalidade não se diz quem são as forças nacionais e democráticas. Conhecendo as posições do estalinismo, sabemos que se refere a partidos burgueses. Mas o que temos visto é que existe uma capitulação geral frente ao neoliberalismo. As vozes discordantes no PSB, PDT, PT, etc não ultrapassam a demagogia nacionalista parlamentar. Todos estão pela governabilidade de Itamar.

A tarefa que se coloca para o movimento operário é a de travar a luta ant imperialista implacável. E esta não será implacável senão se chocar contra o governo de Itamar e o Congresso vendido ao grande capital. Não será com discursos demagógicos ant imperialistas e com acenos de algumas bandeiras vermelhas em pequenas manifestações que derrotaremos a burguesia submissa à ofensiva do imperialismo. Sem uma grande campanha nacional para organizar uma frente revolucionária ant imperialista, dirigida pelo proletariado, não há como barrar as medidas reacionárias. Defender a democracia burguesa e a governabilidade como faz o PCdoB é negar-se a organizar o movimento de massa ant imperialista e anticapitalista.

A adaptação do estalinismo ortodoxo ao parlamento burguês e ao governo é apenas consequência de posições programáticas históricas. Isto é, a concepção da revolução por etapas. Primeiro a revolução democrática ant imperialista, em que o proletariado convive no Estado com setores da burguesia considerados progressistas, através de um governo democrático e popular de coalizão. Depois, com o desenvolvimento capitalista independente do país, viria a transformação socialista. Essa separação entre a revolução democrática nos países atrasados e a revolução socialista tem por consequência submeter o proletariado aos ditos setores progressistas do capital. Trata-se da negação da revolução proletária e da estratégia do governo operário e camponês, que expressará a ditadura do proletariado.



Campanha contra o desemprego

O panfleto abaixo resultou da reunião dos desempregados, realizada na CUT regional, onde se discutiu as razões do crescimento do desemprego, a exploração feita pelas agências e a necessidade de se criar um movimento de união de desempregados e empregados contra esse flagelo capitalista.

Essa primeira reunião foi fruto de uma parte da militância da Frente Revolucionária, que convocou por duas semanas os desempregados em bairros (Diadema) e nas portas das agências de emprego. A presença de desempregados vindos pela convocação, ainda que pequena, demonstra a necessidade de redobrar o trabalho. A própria Frente Revolucionária que aprovou a linha de luta contra o desemprego não teve o empenho coletivo que a tarefa exige.

Verificamos que os patrões têm demitido massivamente com a colaboração da burocracia sindical, que

simplesmente fecha os olhos para o desemprego. Não merecem o nome de revolucionárias as correntes que não dedicam o seu trabalho político na luta contra as demissões e a crise social provocada pelo desemprego crônico.

Na reunião, os desempregados relataram a arbitrariedade a que estão sujeitos perante as agências, que utilizam o crescente desemprego para lucrar, enquanto no meio dos operários prevalece o desespero. Estas agências falseiam empregos, sujam as carteiras de trabalho, provocam a redução salarial, faliçam a tercerização e anulam conquistas trabalhistas, como o pagamento dos encargos sociais. Desta forma, os trabalhadores desempregados ficam à mercê da indústria do desemprego.

A reunião concluiu com a idéia de que é preciso levar uma proposta concreta de mobilização dos desempregados. Aprovou-se assim a rea-

lização de uma manifestação em frente à Delegacia Regional do Trabalho, para exigir do governo a abertura de frentes de trabalho, fim das agências e outras reivindicações, como indica o panfleto abaixo. É fundamental que as reuniões preparatórias sejam bem convocadas, dado a dificuldade de organizar os desempregados se não houver apoio dos sindicatos e da CUT. Por isso, conclamamos a CUT, sindicatos, associações de bairro, movimento estudantil e correntes políticas a contribuírem na organização do movimento contra o desemprego.

Nacional

Estamos preparando uma grande manifestação dos desempregados

A reunião dos desempregados realizada no dia 9 de julho aprovou a construção de uma ampla mobilização dos desempregados em São Paulo.

O desemprego vem crescendo por todo o país. Os desempregados têm ficado meses sem trabalho. As filas nas portas das agências de emprego são enormes. Enquanto isso os patrões têm enriquecido e a corrupção anda solta no governo.

A consequência do desemprego é fome, miséria e desespero dos trabalhadores. O desemprego é o maior flagelo do capitalismo, porque tira do operário sua única fonte de sustento.

Diante disso, o movimento do desempregado é a forma que temos para lutar contra esse flagelo. A unidade entre empregados e desempregados é necessária para enfrentar as demissões e o

desemprego. O governo e os patrões jogam com a divisão dos trabalhadores. E a burocracia sindical colabora com as demissões, não lutando contra o desemprego.

A chamada tercerização tem servido para acabar com empregos, rebaixar os salários e não pagar os encargos sociais (previdência, aviso prévio, fundo de garantia, férias, etc). As agências de emprego são uma arapuca. Elas exploram o desemprego, sujam as carteiras profissionais, lucram e protegem os patrões. Isso quando não enganam com os falsos empregos.

Companheiro trabalhador, o movimento dos desempregados marcou a data de 26 de agosto para uma grande manifestação em frente a Delegacia Regional do Trabalho, para exigir do governo fim das demissões, abertura de frentes de trabalho sob o controle

dos operários, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 6 horas, fim das horas extras com reajustes dos salários, salário mínimo real e fim da exploração do desemprego pelas agências.

Faremos até o dia 26 de agosto reuniões preparatórias para a manifestação, que sairá do Vale do Anhangabaú (em frente ao Correio). Participe das reuniões. Fortaleça o movimento dos desempregados. Lutemos contra o flagelo capitalista do desemprego.



Como pretendem resolver o problema da fome?

Betinho, coordenador do programa nacional contra a fome e a miséria), confabulou com Fleury a criação de 800 mil empregos no Estado de São Paulo. O plano é criar um ano de emprego com salários de 100 dólares. Para isso, buscam a colaboração das prefeituras e empresas prestadoras de serviços. Ou seja, a idéia é que o Estado e os municípios criem empregos provisórios em obras públicas.

De fato, a abertura de frentes de trabalho amenizaria o flagelo do desemprego. Mas a proposta de 800 mil empregos atinge apenas a metade dos desempregados. E os demais? Continuarão sem salário e passando fome?

Por outro lado, o salário de 100 dólares (pouco mais de 6 milhões de cruzeiros) significa manter a miséria e superexplorar o trabalho. Além disso, a proposta de Betinho prevê emprego apenas por um ano. E depois?

O problema não está somente no "tapa buraco" da proposta. Trata-se da mais pura demagogia. O governo Fleury atende aos interesses dos capitalistas e não das massas desempregadas. O que

dirá dos prefeitos malufistas? Na situação de crise econômica e de quebra financeira do Estado, os governos jamais aplicam orçamentos para resolver problemas sociais. As verbas existentes são destinadas a grupos econômicos e especuladores.

O que Betinho está propondo é um pacto social burguês para amenizar a crise e manter vivo o sistema capitalista de exploração do trabalho, de onde vem o flagelo do desemprego. Esta via de colaboração arquitetada pelo movimento governamental contra a fome deve ser rejeitada pelos trabalhadores.

E necessário pôr em pé um grande movimento unitário de empregados e desempregados pela abertura imediata de 1 milhão e 700 mil empregos, sob o controle operário, pela redução da jornada de trabalho para 6 horas, fim das horas extras, reajustes reais dos salários, pelo salário mínimo capaz de sustentar dignamente uma família de 4 pessoas, pela implantação da escala móvel dos reajustes dos salários.

Com este plano de defesa elementar da vida dos empregados e desempregados, cabe à CUT e aos sindicatos organizarem uma grande campanha, preparando a greve geral para exigir do governo o seu cumprimento. Somente através da ação direta os trabalhadores poderão defender emprego e salário.

Enquanto a fome aumenta, o governo destrói riquezas

O Ministro da Indústria e Comércio defendeu a queima de 216 mil toneladas de café, como medida para elevar os preços no mercado internacional. O governador de Santa Catarina informou que 48 toneladas de feijão compradas pela União estão estragando nos depósitos de seu Estado. Recentemente se noticiou que milhares de toneladas de alimentos de todas as espécies se perdem. Um exemplo disso é a destruição de uma parte de produtos hortifrutigranjeiros do Ceasa.

Estes dados se chocam com a demagógica campanha de Itamar do Movimento contra a Fome e a Miséria. O capitalismo é um sistema anárquico de produção e distribuição. Ao mesmo tempo que faz crescer a fome, aumenta a destrui-

ção de riquezas e o desperdício.

A maioria nacional oprimida está obrigada a suportar o desemprego, o brutal arrocho salarial e toda a crise de superprodução. A crescente contradição entre a riqueza concentrada e a miséria demonstra a falência do regime econômico burguês. Este ao mesmo tempo que não pode sustentar minimamente uma grande parcela dos explorados destrói até mesmo os alimentos.

E necessário que os trabalhadores acordem para esta dura realidade. A luta de classes é a via para a maioria explorada combater esta barbárie. Enquanto permanecermos desorganizados politicamente, a burguesia pode levar ao extremo a crise econômica e o esmagamento das condições de vida da população. A organização do Partido Operário Revolucionário em cada fábrica, em cada local de trabalho, em cada escola, no campo e nos bairros é o instrumento necessário para transformar esta situação.

Denúncia



Mais de 200 milhões de crianças são exploradas

Os dados oficiais de 200 milhões de crianças de 4 a 14 anos em todo o mundo sendo usadas no mercado de trabalho, como material barato, revelam o grau de superexploração que atingiu o regime capitalista.

Milhares de crianças morrem nas minas da Colômbia, nos campos da Califórnia, Egito, Brasil, nas oficinas da Índia, etc. Esse fenômeno não é particular dos países semicoloniais, mas atingiu o centro das metrópoles imperialistas, como os Estados Unidos, onde as crianças latino-americanas são duramente exploradas. Nos campos da Califórnia, meninos mexicanos colhem frutas e legumes.

Porém, nos países capitalistas mais atrasados, oprimidos pelas potências imperialistas, é que a exploração sobre os menores se torna

mais evidente. É o caso do Egito, onde crianças de 5 anos de idade são acordadas à meia noite para colher flores de jasmim na hora em que sua essência é mais pura. Essas crianças trabalham para uma multinacional. Na Índia é comum a frequência de crianças nas oficinas de tapetes. No Brasil, utiliza-se o trabalho de menores nas colheitas do algodão, frutas, como camelôs, etc.

O aumento da exploração sobre as crianças se dá em função do crescimento do desemprego e da enorme crise econômica, que atinge em cheio a família trabalhadora. Os pais são obrigados a colocar, desde cedo, seus filhos no trabalho, com objetivo de aumentar a renda familiar. Para a maioria oprimida não há lugar para a infância

e muito menos para a escola.

O regime de exploração do trabalho empurra a criança, o adolescente e o adulto a venderem a força de trabalho para uma minoria detentora dos meios de produção. O fim da superexploração do trabalho, tanto dos menores quanto dos adultos se dará com a eliminação da propriedade privada e a instauração da propriedade coletiva. A destruição do capitalismo, através da revolução proletária, é a única forma de erradicar a exploração sobre as crianças.

Denúncia

É preciso defender a CMTC contra a sanha de Maluf

O sindicato dos condutores de São Paulo iniciou um movimento chamado "Operação bairro a bairro", com objetivo de se contrapor à privatização da CMTC. A primeira manifestação paralisou o centro da cidade por quase uma hora. Os ônibus bloquearam a passagem e os motoristas soltaram panfletos para a população. Maluf prometeu agir prontamente contra o sindicato.

O plano de privatização da CMTC pretende retirar de circulação cerca de 1000 ônibus. O resultado disso é a previsão de 8 mil demissões. Os sindicalistas estão exigindo que o prefeito Maluf realize um plebiscito. Existem também aqueles que reivindicam transparência no processo de privatização com participação do sindicato. Logo vemos a orientação equivocada da burocracia sindical. A luta deve ser clara em favor não só da CMTC mas também pela estatização de todo sistema coletivo de transporte.

A entrega da CMTC para os empresários é parte do plano geral de privatização da burguesia. Assim, não há como enfrentar a decisão de Maluf sem se criar um movimento geral contra as medidas neoliberais. O problema está em que o sindicato isolado, fazendo pequenas manifestações, não tem como quebrar a ofensiva malufista. É necessário que o sindicato convoque as massas para um amplo movimento e faça uma verdadeira campanha de denúncia da burocracia sindical, que colabora com a desestatização. É preciso que o sindicato lance uma chamada à CUT para que assuma a frente da luta, formando os comitês contra as privatizações.



Eleição da chapa da Associação de Favelas, Inquilinos e Cortiços da região oeste de Diadema

O movimento dos favelados de Diadema sempre se constituiu na vanguarda das lutas sociais da cidade.

No início, era constituído por uma comissão municipal de favelados. Posteriormente, transformou-se em Associação de favelados do município.

Em 1987, a Convergência Socialista (CS) se juntou com a prefeitura petista e de forma golpista e burocrática tomou a direção da Associação. A CS preferiu se aliar com o pessoal da prefeitura do que com os membros do POR. O movimento foi utilizado por vários anos com o objetivo meramente eleitoral, desinoralizando-o pois acabou com as organizações de base dos favelados.

Nos últimos anos a prefeitura vem endurecendo com os movimentos e a CS ao invés de chamar a formação de uma frente única com as correntes para se contrapor a essa política preferiu abandonar o movimento à sorte da política petista.

Agora a prefeitura vem convocando e organizando associações regionais para transformá-las em braços

do Estado burguês, isto é, atrelá-las à prefeitura, indicando para presidente um funcionário-chefe de sua confiança.

Nas reuniões da região oeste, os militantes do POR intervieram colocando a necessidade de discutir o programa e o estatuto da Associação, antes de indicar os nomes que comporão a diretoria. Os trabalhadores defenderam uma associação independente do Estado, colocando a necessidade de armá-la de organismos amplos de base, regidos pela democracia operária, proporcionalidade e a criação de um conselho deliberativo formado por comissões internas.

A vitória dos trabalhadores se evidenciou não permitindo as manobras do poder público e garantindo a independência do movimento.

Cresce o número de desempregados no país

A recessão econômica descarrega sobre os assalariados a fome, miséria e o desemprego. Em Diadema são mais de 30000 metalúrgicos demitidos. As ameaças de demissões na Blindex, na Atlas Copco e na Metagal se somam com as 200

demissões recentes na Papal e as 104 da Prensas Schuller. Os operários da Kepier Weber estão em greve contra a dispensa de 30 dos 300 empregados da indústria.

Em São Paulo a situação não é diferente. A greve na Reiplas Indústria e Comércio de Materiais Elétricos se deu em função da demissão de 42 operários. A Thameco, indústria de carrocerias de ônibus demitiu 300 somente na semana passada. Os dados de mais de 1 milhão e 200 mil desempregados atestam a crescente onda de demissões.

No Rio de Janeiro, as demissões atingiram até os funcionários da CET (Companhia de Engenharia de Trânsito) com 76 dispensas e as promessas de mais de 543 que a empresa fará até outubro.

Na Zona Franca de Manaus, 80 empresas foram fechadas ou incorporadas por outras. Mais de 700 pontos comerciais foram desativados. Hoje o número de desempregados está em torno de 50 mil. A prefeitura para amenizar o flagelo da fome distribui comida para 100 mil famílias, deixando ainda milhares de fora. A fila da fome é o retrato do desemprego na região.

Esse quadro limitado é a mostra mais contundente da política neoliberal adotada pelo governo. Fecha-se fábricas, demite-se em massa e concentra-se a ri-

queza nas mãos de uma seleta minoria da classe burguesa. Ao mesmo tempo que concentra riqueza, concentra, também a miséria. O neoliberalismo é a forma encontrada pelos grandes capitalistas para resolver em parte a crise de superprodução. É a forma para proteger o capital. Isto necessariamente recai sobre os assalariados.

O flagelo do desemprego

O desemprego, obra do capitalismo, e seu constante aumento, conduz ao desamparo do operário. A única fonte de sobrevivência é o trabalho, quando esta é arrancada se vê impotente. O sentimento de impotência frente ao capital (os patrões) é a primeira reação do assalariado.

O operário isolado se vê indefeso diante da brutal ofensiva capitalista. É obrigado a buscar os meios para armar a resistência. Isoladamente o trabalhador é impotente, mas se torna uma força quando se acha unido a seus companheiros de classe. A união se converte em uma necessidade para o operário para poder enfrentar o capital.

As greves contra as demissões têm ocorrido em várias fábricas, porém estão fragmentadas, o que revela sua insuficiência. Por não constituir num amplo movimento nacional acabam sendo fracassadas. Quando muito são acordados algumas migalhas salariais para consumir as demissões. A política das demissões não é particular de uma fábrica ou de uma região, mas é fruto da ação coletiva da classe dos capitalistas. Por isso, torna-se necessário a ação conjunta de toda classe operária. A luta dos operários contra os patrões tem de se transformar em luta de classes. Caso contrário, sobressairá a violência reacionária dos capitalistas sobre os trabalhadores.

As dificuldades que impedem a unidade

A classe operária tem reagido ao desemprego. As greves por fábrica têm ocorrido constantemente. Porém, não têm saído dos marcos corporativos, o que inviabiliza uma ação mais contundente da classe. As direções sindicais, algumas mais à direita como a Força Sindical, outras mais à esquerda como a CUT, não se empenham em organizar o conjunto dos explorados contra o governo e os patrões.

A CUT tem se limitado a denunciar o crescimento do desemprego. Cumpre à risca os acordos traçados

nas Câmaras Setoriais, isto é, as negociações entre o governo e o patronato. Diante do aumento das demissões tem implementado os acordos por empresa e a política das "demissões voluntárias".

No Suplemento DESEP da CUT (nº 41) há um quadro mostrando que as greves têm diminuído. Em 1990 ocorreram 2200 greves e em 1992 foram 586. Os burocratas sindicais, com certeza, estão concluindo que a classe operária está perdendo a combatividade. Ao contrário, os trabalhadores têm reagido, mas suas direções obstaculizam o desenvolvimento das lutas. Os acordos que têm sido feitos revelam a política colaboracionista das direções sindicais.

A traição da burocracia sindical e a perda da independência de classe atuam contra a real necessidade do operariado. É por isso que a unidade dos explorados para responder coletivamente ao flagelo da fome e miséria não se concretiza.

A luta contra o desemprego e a superexploração do trabalho implica no combate às direções pró-burguesas encasteladas nos sindicatos e Centrais.

Por uma Campanha Nacional de Luta

A unidade dos trabalhadores é essencial para combater a recessão, conseqüentemente, o aumento do desemprego. Os patrões jogam com a divisão entre os empregados e desempregados, para poder continuar descarregando a crise sobre a maioria explorada. A ação coletiva da classe operária é forma para resistir ao brutal massacre imposto pela classe burguesa.

A luta contra o desemprego é parte da campanha nacional de luta em defesa das reivindicações fundamentais, como o salário mínimo real, estabilidade, reajustes mensais de acordo com a inflação, controle operário da produção, contra a privatização das estatais.

O método só pode ser o da ação direta, contra as negociações que se armam no Congresso Nacional e nas Câmaras Setoriais. Por isso, chamamos todos aqueles que se reivindicam da classe operária a romper com a política de conciliação e preparar imediatamente a greve geral por tempo indeterminado. Será através da unidade entre empregados e desempregados que acirraremos a luta de classe contra a burguesia espoliadora.

Movimento Operário



O maior flagelo do capitalismo é o desemprego. Cabe às organizações de massa, sindicatos, centrais, organizações de bairro, estudantes, etc chamarem a luta nacional em defesa da sobrevivência dos trabalhadores.

Trabalhadores da Angesta rejeitam arrocho salarial

Os funcionários da Fábrica de Móveis Angesta decidiram entrar em greve dia 29 de junho, reivindicando aumento real de salário, melhoria na cesta básica, restaurante, promoções para todos e 100% da inflação.

Na assembléia do dia 24 decidiram fazer operação tataruga para reduzir a produção. O patrão depois de ameaçar com demissões e fechamento da fábrica foi obrigado a oferecer algumas migalhas, que também foram rejeitadas pelos operários. Diante do movimento radicalizado o patrão apelou para a diretoria do sindicato que se encontrava na fábrica,

Valdemar e Orlandinho. Os diretores sindicais se venderam por tão pouco, 5 kg de fubá, obrigando assim os operários a voltar ao trabalho. Deixaram claro que o "sindicato não poderia continuar a greve, pois os operários perderiam".

Os funcionários estão decepcionados com a nova diretoria sindical, recém eleitos com muitos votos nesta fábrica.

A posição de Valdemar e Orlandinho não poderia ser diferente, pois fazem parte da corrente política chamada Articulação, que tem trabalhado para quebrar os movimentos grevistas e favorecido os pa-

trões. É assim que se materializa uma política de conciliação de classe.

Cabe aos trabalhadores da fábrica iniciar a sua organização, formando a comissão de fábrica com o objetivo de estruturar uma verdadeira direção revolucionária para o sindicato. Uma nova direção que defenda a independência de classe, que respeite a soberania das assembléias e a democracia operária.

Metalúrgicos Osasco:

Construir a Oposição

Os operários metalúrgicos de Osasco receberam muito bem o chamamento para se construir uma oposição classista à direção reacionária da Força Sindical. O recente acordo feito pelo sindicato com os patrões manteve o arrocho salarial. A reposição de julho sobre o mês de maio mostra que o acordo favorece os capitalistas, que se aproveitam da inflação de mais de 30% para superexplorar. Ao mesmo tempo, as fábricas estão redobrando a pressão para que os trabalhadores sejam mais produtivos. Com salários corroídos pela inflação e com mais produtividade, aumenta-se a lucratividade do capital. Enquanto isso a direção do sindicato apenas faz demagogia no seu boletim semanal de que tem conquistado vitórias para a classe.

Um fato grave foi a denúncia feita sobre a contaminação do amianto devido às máscaras produzidas pela 3M não protegerem absolutamente nada. Entretanto, os burocratas continuam à espera de uma intervenção do Ministério do Trabalho, como se a Justiça burguesa fosse se colocar a favor dos operários e contra os exploradores. Assim, nenhuma mobilização das fábricas foi feita. Sem luta, o amianto continuará atingindo a saúde dos operários e o grave problema dos acidentes de trabalho continuará a mutilar.

O que caracteriza o peleguismo da For-

ça Sindical é sua submissão ao governo burguês de Itamar. No movimento Decola Brasil, puxado pela Fiesp, em apoio ao governo antinacional e antipopular, os burocratas acompanharam a caravana como verdadeiros cordeiros da burguesia. Não é por acaso que o presidente do sindicato vive tirando fotos com o repressivo prefeito de Osasco. Esta gente coloca o sindicato na dependência da política patronal e do governo. Quebra assim a independência necessária para o movimento operário ter força na luta contra a exploração do trabalho.

O fato da antiga oposição metalúrgica se desativar tem facilitado a política dos pelegos da Força Sindical. A reconstrução da Oposição sobre a base de um programa classista e revolucionário de luta contra a exploração capitalista é a condição para os trabalhadores reagirem à arbitrariedade patronal e defenderem a união nacional da classe operária contra os exploradores e seu governo. Neste programa é importante a defesa das reivindicações salariais, de emprego, de segurança no trabalho e, também, a bandeira da democracia e independência sindical.

Companheiros, vamos reconstruir a oposição como parte da defesa da classe operária contra os capitalistas exploradores. Fora a Força Sindical, por uma direção metalúrgica classista e revolucionária!

Movimento Operário



Os metalúrgicos de Osasco têm uma tradição de luta que vem desde os tempos da ditadura militar. Mas o sindicato é pelego e controlado pela Força Sindical. É preciso reconstruir a oposição.

A crise da Cotia quem paga é o trabalhador

A situação de falência da Cooperativa de Cotia continua a se arrastar. Enquanto isso os salários estão sendo atrasados e pagos parceladamente. A última medida da administração foi cortar a cesta básica e o direito de compra dos funcionários na própria empresa. Desta forma, os trabalhadores estão obrigados a suportarem a bancarrota causada pelos maus negócios, favorecimento aos grandes capitalistas cooperados e corrupção. Os diretores da CAC colocaram a empresa a serviço do

enriquecimento de grupos econômicos e agora despejam a falência sobre os assalariados. É assim que funciona o capitalismo. Em tempos normais suga o trabalho pagando uma miséria, nas crises redobra a exploração atrasando o pagamento e demitindo uma parte dos assalariados.

As demissões também já começaram a ocorrer em alguns setores. A previsão é que logo mais elas virão com toda força. Por isso, é necessário uma urgente mobilização e organização. É nesses momentos que vemos os trabalhadores pegos de surpresa e com pouca capacidade de reagir, justamente porque não têm nenhuma organização interna e o sindicato se encontra apelegado. Esta experiência demonstra o quanto é importante organizar-se

diariamente no interior das empresas e lutar por um sindicato classista. Sem isso os trabalhadores ficam totalmente à mercê dos patrões e da crise econômica capitalista.

A tarefa que nos coloca é estruturar rapidamente uma organização de resistência aos atrasos de pagamentos, cortes de conquistas e às demissões. Para isso, é preciso fazer reuniões setoriais e gerais, levantando as reivindicações e formando as comissões de luta. Sem confiar na direção burocrática, devemos exigir que a estrutura do sindicato seja colocada a serviço da resistência. A bandeira de abertura da contabilidade da CAC e o controle da empresa pelos trabalhadores são medidas fundamentais para se travar a luta contra as demissões.

Movimento Operário



Avança a terceirização nos têxteis

Organizar a campanha unificada de luta em defesa do emprego e dos salários

Os têxteis são uma das categorias mais atingidas pela terceirização. A oposição chama a mobilização por uma assembleia geral para organizar a luta.

Os grandes capitalistas têxteis frente à crise econômica, para manter suas altas taxas de lucros estão também utilizando o processo de terceirização nas fábricas. Isto é, rebaixam mais ainda o valor da força de trabalho e isentam-se dos encargos sociais (FGTS, etc), demitindo seções inteiras e recontratando através de empreiteiras novos funcionários em caráter temporário e por salários bem inferiores.

Dessa forma, além de garantir altos lucros com a superexploração, procuram também impedir qualquer tipo de manifestação de resistência à exploração, uma vez que o trabalho temporário dificulta a organização fabril.

Na Vicunha I, foi contratada a empresa Limpidus para fazer as novas contratações. Já foi substituído todo o pessoal da limpeza, e em breve será o da segurança e do restaurante. Na Tabacow começará pela ferramentaria.

A oposição têxtil, na Campanha Salarial de Emergência por Emprego e Salário que está organizando, incluiu as reivindicações, fim das empreiteiras e extensão dos direitos dos registrados para os novos contratados, como forma de unificar todos os assalariados na luta geral da categoria. Ainda que a campanha esteja insipiente, já obteve uma pequena conquista na Vicunha I: o direito ao almoço no restaurante para os novos funcionários da limpeza.

Agora é preciso que a campanha gane força em todas as fábricas, como forma de barrar definitivamente o arrocho salarial e o desemprego. É preciso organizar as frações revolucionárias no interior das fábricas, para que junto com os operários imponham à burocracia sindical uma assembleia geral no sindicato para organizar o conjunto da classe.

Por uma assembléia massiva para decretar a greve

No início de agosto será realizada a assembléia de campanha salarial. A diretoria da Apeoesp já se posicionou pela não deflagração do movimento grevista. Durante todo o primeiro semestre se acobertou atrás da campanha "Educação no centro das atenções", se negando a preparar a ação coletiva da classe contra o Fleury. Objetivamente, se colocou em unidade com o empresariado (Fiesp, PNBE, etc) e a Igreja. Pretendia com essa campanha pressionar o governo a aumentar as verbas destinadas à educação. O resultado concreto das negociações foi a permanência do arrocho salarial.

Os professores, apesar do descontentamento com o governo peemedebista, se mantêm desorganizados. As assembléias não têm sido massivas, as reuniões regionais giram em torno dos representantes por escola e as

discussões sobre a greve são assentadas nas desconflanças com a direção e nas derrotas das últimas greves.

A diretoria coloca que o professorado perdeu sua disposição de greve e, por isso, tem aprovado "novos métodos de luta", como por exemplo, a campanha com o empresariado. Na realidade a situação é bem diferente. A grande parcela da classe nem ficou sabendo de tal campanha.

Ao contrário do que prega a diretoria, há um profundo descontentamento no seio do magistério, mas que não tem sido canalizado em ação. Não há nenhum empenho para organizar o movimento. Por isso, a classe está à mercê da política burguesa.

A tarefa essencial é rechaçar as posições nocivas impostas pela diretoria e apontar para o conjunto da classe a via da independência

e da luta direta contra o governo. Fleury não irá atender as reivindicações elementares, como o piso salarial, reajustes

automáticos de acordo com a inflação, etc. Desta forma, não há outra alternativa senão deflagrar o movimento grevista. É necessário preparar, desde o reinício das aulas, as reuniões por escola e assembléias regionais, com o objetivo de realizar um assembléia massiva. A coesão da classe é fundamental para se obter vitória.

Educação

Professores municipais

Maluf defende os reajustes mensais?

O índice de reajuste dos funcionários municipais de São Paulo vai ficar em torno de 28,79%, bem abaixo da inflação de 30,53 (Fipe). O prefeito Maluf, que diz defender o reajuste mensal de 100% para os trabalhadores, concede ao funcionalismo municipal verdadeiras migalhas. Em março, o reajuste foi de 24,18%, em abril 7,99%, maio 15,98% e em junho 21,53%. Esses percentuais além de serem retroativos são repassados com atrasos. Onde está o reajuste mensal de 100%?

Maluf encarna a política neoliberal, ditada pelos credores externos, por isso vem sucateando os serviços públicos (saúde e educação). As verbas do município são aplicadas em projetos eleitorais, como o prolongamento da Avenida Faria Lima, que para ser implementado implicou em realocação nas secretarias da fábula de mais de um trilhão para o pagamento das empreiteiras. Maluf jamais se colocará ao lado

dos trabalhadores, defendendo reajustes mensais. Ao contrário, utilizará de toda repressão para conter os movimentos reivindicatórios.

Diante das mentiras malufistas, o SINPEEN (Sindicato dos profissionais da educação do ensino municipal) defende as posições legalistas, pressões inócuas na Câmara, cumprimento da legalidade constitucional burguesa, etc. Tem se colocado contrário à defesa da greve por tempo indeterminado e da unidade com o funcionalismo. Por isso, o resultado é a ofensiva do prefeito arrochando cada vez mais os salários.

A tarefa fundamental, nesse início de segundo semestre, é preparar uma campanha salarial de luta. A organização da classe é o primeiro passo para a construção da greve. Por isso, defendemos: reuniões nas escolas, nas regionais e uma assembléia massiva para decretar a greve.



Enquanto Maluf faz demagogia na Câmara dizendo defender reajuste mensal de 100%, arrocha os servidores de S. Paulo.

Congresso da UNE: Conciliação com Itamar e os tubarões do ensino

O 43º Congresso da UNE não respondeu às necessidades colocadas pela situação política ao movimento estudantil. Controlado pelo

PCdoB/MR-8, o Congresso aprovou uma linha de conciliação de classe, de apoio disfarçado ao governo e de convivência pacífica com o ensino pago, que mês a mês aumenta a exploração sobre a maioria estudantil. Em várias votações, essa política obteve o apoio também do PT e até do morenista PSTU.

Em relação à conjuntura, as principais questões colocadas eram a relação com o governo antinacional e antipopular de Itamar e a resposta da entidade à opressão nacional, política e social. Estava colocado para a UNE romper com a política conciliadora do PCdoB/MR-8 de sustentação do governo Itamar, que além de continuísta em relação a Collor foi ainda além ao permitir que 100% das estatais fosse adquirido pelo capital estrangeiro, ou ter aprovado o aumento de impostos (IPMF). Um governo que é instrumento da pressão imperialista, que no caso da educação significa o sucateamento e a privatização do ensino público, deveria ser combatido pela UNE no sentido de defender os interesses dos estudantes. Assim, colocava-se para a UNE chamar a luta unitária junto aos outros setores oprimidos da sociedade contra o governo, numa campanha nacional de lutas. Era tarefa da UNE reivindicar da CUT, maior

central sindical do país, que chamasse essa campanha, voltada para a greve geral nacional por tempo indeterminado. Mas não foi nada disso que se aprovou.

As bancadas do PCdoB (40% do congresso) e do MR-8 aprovaram a linha de "independência" em relação ao governo. Na verdade trata-se de um apoio crítico (mas não muito) e envergonhado, porque se propõe a apoiar as medidas positivas do governo e criticar as negativas. A verdadeira cara desta política mostra-se quando ela se contrapõe até mesmo à "oposição" defendida pelo PT e PSTU (MUDE). Essa "oposição" não se traduzia numa linha de ação direta contra o governo, era apenas uma posição que apontava para as próximas eleições presidenciais, fio da esperança da esquerda reformista. Mas nem eleitoralmente o PCdoB e o MR-8 desejam se opor a Itamar. Julgam que esse é um governo em disputa entre a direita e a esquerda, e que se opor a ele seria entregá-lo à direita. Uma farsa. O governo tem fisionomia definida, aplica a política neoliberal de Collor a fundo contra a economia nacional e as condições de vida das massas. E o Congresso aprovou um apoio travestido a ele. Pior para os estudantes, que ficaram com sua organização nacional de mãos atadas na luta contra a linha privatista da burguesia e do imperialismo.

A UNE e a Educação

O Congresso votou importantes questões sobre a Universidade e o ensino em geral. Uma das questões mais gerais era a posição diante da LDB, recentemente aprovada no Congresso. Trata-se de uma lei privatista porque favorece o ensino privado com subsídios governamentais e reduz as obrigações do Estado para com o ensino público e gratuito de 8 para 5 anos, por exemplo. As bancadas do PCdoB, MR-8 e PT formaram uma expressiva maioria de apoio à LDB. Assim, a UNE se pôs em defesa do favorecimento aos tubarões do ensino através de subsídios com os já minguados recursos públicos para a educação, às custas da redução das obrigações do Estado para com o ensino público gratuito.

Mas o Congresso foi mais além: colocou-se contra o objetivo estratégico do fim do vestibular, contra o congelamento das mensalidades

nas escolas pagas e contra a estatização do ensino privado, com apoio não só do PT, mas também do (quem diria) PSTU. Apesar de se concretizarem em votações distintas, as propostas estão interligadas. É preciso dar direito de ensino superior a todos, por isso a bandeira de fim do vestibular é de conteúdo democrático. Se a burguesia não consegue cumpri-la é mais uma prova de sua falência enquanto classe dirigente da sociedade, mas é uma tarefa essencialmente de cunho democrático burguês. Mas, para acabar com o vestibular, é preciso dar ensino público e gratuito para todos, por isso se coloca a luta pelo fim do ensino privado, que só acontecerá com a estatização da rede privada. A reivindicação de congelamento das mensalidades é transitória: mostra a impossibilidade dos estudantes pagarem pelo ensino e mobiliza rumo à estatização sob controle da comunidade. Por isso era tarefa do Congresso apontar a linha de congelamento das mensalidades, estatização do ensino privado e fim do vestibular, que abriria condições para a luta unitária dos estudantes da rede particular juntamente com os da rede pública.

Mas o Congresso aprovou a defesa do vestibular discriminatório e elitizante do ensino, e fonte de mercado para o ensino particular. Submeteu a luta pelo congelamento das mensalidades às auditorias nas particulares, que sabemos serem uma farsa, facilmente manipuláveis pelos capitalistas. E, para que não houvesse nenhuma dúvida quanto à boa vontade dos estalinistas do PCdoB e MR-8, reformistas do PT e pseudo-trotsquistas do PSTU em relação aos capitalistas, aprovou-se a ajuda estatal aos quebrados, com a proposta de estatização das escolas particulares falidas.

Movimento Estudantil

O ponto mais polêmico nessa parte do Congresso foi a forma de eleição da diretoria da UNE. A luta girou ao redor de uma falsa polêmica entre o PT, que defendia eleições diretas para a direção da UNE, e o PCdoB e MR-8, que se colocavam pela manutenção do Congresso. A polêmica era falsa porque se apresentava como uma discussão sobre qual seria o método mais democrá-

Educação



O Congresso da UNE aprovou uma linha de apoio ao governo e de conciliação de classe com os capitalistas do ensino, com o apoio dos reformistas e esquerdistas.



tico de eleger a direção da UNE, como se a causa da burocratização da UNE fosse a forma pela qual se escolhe a direção. A verdade é que a burocratização da UNE, o afastamento dos estudantes da entidade, é consequência da política de suas direções, em geral de conciliação de classe. Quer dizer, como essas direções têm uma política atrelada aos governos e partidos burgueses ou a grupos econômicos, são obrigadas a impedir a livre manifestação da vontade dos estudantes nas entidades porque isso levaria as organizações estudantis à luta contra os governos, partidos e grupos econômicos aos quais essas direções estão ligadas. A burocratização da UNE é produto da linha do PCdoB e MR-8, que dirigem a entidade, não dos congressos em si. Essas correntes burocratizam os congressos para impor sua linha contra a vontade dos estudantes, daí a necessidade de delegados natos (sem votos), os quoruns elevados, as fraudes, etc.

O PT, animado com as possibilidades da eleição de Lula nas próximas eleições e pelo papel que a UNE pode desempenhar para isso, levantou a proposta de diretas na UNE. Incapaz de se opor consequentemente à linha do PCdoB/MR-8 (na maioria das votações no congresso os petistas se uniram aos estalinistas) o PT propôs o atalho das diretas, que permitiriam ao partido mais estruturado nacionalmente ganhar a direção da entidade. Mentiu descaradamente aos estudantes, aproveitando-se de seu legítimo descontentamento em relação à direção da UNE, afirmando que isso democratizaria a UNE. O fato é que as chapas seriam montadas pelos partidos, sem nenhuma consulta aos estudantes, que somente teriam o direito formal de escolher qual burocracia dirigiria a entidade. Sem falar que as diretas anulariam os congressos, que não serviriam para mais nada, e eliminaram qualquer possibilidade de intervenção de grupos independentes ou pequenos partidos na deliberação da linha política da UNE.

A maior prova do oportunismo da proposta do PT é que as diretas foram defendidas somente para a UNE, mas para nenhuma outra entidade federativa dirigida pelo PT, dentro ou fora do movimento estudantil. Por que o PT não defende diretas na CUT por exemplo?

O Congresso, se realizado sem as manipulações dos estalinistas, sem delegados natos, sem os quoruns

absurdos, formado por delegados todos eleitos nas escolas é mais democrático porque permite a discussão da política da entidade desde as bases, com a eleição de delegados sobre a base das posições defendidas e da direção da entidade a partir das resoluções majoritárias debatidas no Congresso. Mas um congresso assim depende da construção de uma corrente no movimento estudantil que expresse as reais reivindicações dos estudantes, que se opõem ao governo e aos partidos burgueses. Portanto, um movimento que se construa sobre a base da independência de classe que, numa sociedade dividida em classes, se traduz numa linha de ação direta, de luta contra a burguesia, seus governos e partidos.

Cresce a burocratização da UNE

A aliança estalinista aprovou o aumento do mandato da direção da UNE para um ano e meio. Quando se dá mais tempo de mandato para a direção se reduz a deliberação dos estudantes sobre a entidade. O mandato da direção eleita se encerrará em janeiro de 1995. Haverá congresso nas férias? Quem elegerá os delegados? Ou se fará um congresso às sombras ou se prorrogará o mandato dos pelegos até quase 2 anos. Assim os sucessores de Lindberg Farias e sua tropa terão poderes ditatoriais na UNE por quase dois anos.

Outra votação ganha pelo PCdoB e MR-8 foi a manutenção do presidencialismo na UNE, contra o colegiado. A direção colegiada eliminaria os poderes burocráticos do presidente que toma posições, delibera, etc sem consultar ninguém, e colocaria as responsabilidades da direção sobre o conjunto da diretoria.

A manutenção do pagamento de ajuda de custo pela UNE aos diretores, dos delegados natos e dos quoruns elevados, da direção colegiada e a extensão do mandato contribuem para o crescimento da burocratização da UNE.

Formação das chapas

Apesar de terem sido formadas 8 chapas no Congresso, 3 eram de protesto (anarquistas, similares, e setor de independentes que não falaram no congresso - MUDO) e as forças que disputavam a direção eram as seguintes: 1) PCdoB e MR-

8, majoritária; 2) PT, PSTU e CST (MUDE - Oposição Unificada); 3) Independentes (PSB, PSDB, etc); 4) AJR (Causa Operária) 5) PCB.

Do ponto de vista das votações no Congresso, havia muitos de identidade política entre o MUDE e o PCdoB/MR-8. Diferiam fundamentalmente quanto ao apoio ao governo e às diretas na UNE. Os morenistas oficiais (PSTU) e dissidentes (CST) se colocaram à reboque do PT e foram selando a aliança eleitoral com as votações sobre vestibular, ensino pago, etc durante todo o congresso.

Colocava-se como elemento progressivo a formação de uma chapa que se colocasse contra a política de conciliação de classe, seja mais aberta (PCdoB/8) ou mais disfarçada (PT) e defendesse a luta contra o governo e o ensino pago. A AJR, dirigida pela Causa Operária, chamou a formação de uma frente de esquerda no Congresso. Mas essa proposta se esvaziou quando a sua direção tentou impor burocraticamente sua linha de defesa da antecipação de eleições gerais às outras correntes, manipulando desavergonhadamente a plenária. Acabou indo sozinha à votação por puro sectarismo.

O PCdoB e MR-8 ganharam o congresso, mas já não têm maioria absoluta para tudo na UNE. A tendência é que percam a direção da UNE no próximo congresso. Mas isso pouco vai adiantar se não se construir uma direção que seja de fato uma alternativa política, de classe, a ela. O PT e seus satélites provaram nesse congresso que não são.

PSTU vota favorecimento aos tubarões

Eis algumas votações da bancada do PSTU no Congresso da UNE:

-Contra o fim do vestibular e a favor da adequação do mesmo.

-Contra o congelamento incondicional das mensalidades e a favor das auditorias fajutas.

-Contra a estatização das particulares e a favor da estatização somente das escolas falidas.

-A favor do CREDUC que endivida os estudantes para encher os bolsos dos capitalistas.

Sabemos que muitos votaram sem consciência do conteúdo das propostas, na confiança em suas direções (voto de cabresto). Cabe aos militantes classistas do PSTU questionar a política privatista votada a mando de seus dirigentes, ávidos de fazer uma chapa conjunta com o PT a qualquer custo.

CST é a favor dos congressos e das diretas. Depende de quando e onde.

As propostas por escrito do CST, racha do morenismo, apontavam que a forma mais democrática de eleger a direção da UNE eram os congressos. Isso foi escrito antes do Congresso. Durante o mesmo, animados com a claque dos morenistas oficiais, votaram nas diretas. E, para não ficar nenhuma dúvida quanto à sua disposição de unidade com o petismo e morenismo oficial, votou a favor do vestibular, das auditorias fajutas, etc.

Existe muito militante no CST que rompeu com a CS por causa do oportunismo dela. Qual o balanço da atuação seguidista do CST neste congresso?

O MUDe mostrou a cara

Muitos militantes independentes descontentes com a direção da UNE viram nas diretas uma forma de varrer com os burocratas do PCdoB e MR-8 da UNE. O MUDe se apresentava como oposição à atual direção da UNE e dizia que as diretas mudariam a entidade. No Congresso o MUDe tirou a máscara.

Nas votações sobre política para Universidade o MUDe se revelou um instrumento do PT. Votou a favor da LDB privatista junto ao PCdoB e MR-8 em relação às propostas sobre o ensino pago, nestas ainda contou com o apoio do PSTU.

O que essas votações revelam é que existe muito pouca diferença política entre o PT e seus "adversários" na UNE. É uma oposição aparelhista, que só é oposição porque não dirige a entidade. Politicamente, coloca-se no mesmo campo. Essa "nova direção", conciliadora como a atual, manterá a UNE burocratizada como hoje se chegar à direção.

Quem procura democratizar de fato a UNE precisa romper com a política reformista do PT e seus satélites e se agrupar sobre um programa de independência de classe.

O sectarismo de Causa Operária

Durante o Congresso, a AJR chamou com sua claque a formação de uma frente de esquerda. Chegou ao ponto de retirar de sua proposta de conjuntura a reivindicação de greve geral por tempo indeterminado para viabilizar mais votos para sua bandeira de antecipação de eleições gerais (por aí se vê qual é a importância dada por essa corrente à defesa da greve geral).

Qual o problema dessa proposta? Primeiro, trata-se de uma proposta de frente eleitoral para o Congresso. Defenderemos a necessidade de ação através de uma frente no interior do movimento, a partir de cada escola. Que essa frente se expresse também no Congresso, isso seria consequência. Uma frente eleitoral no congresso só pode adquirir progressividade se apontar para a construção de uma frente de luta, de ação, no interior dos movimentos.

O trabalho de frente requer acordo entre as partes sobre pontos comuns, evidenciados a partir da discussão das divergências. Não é possível fazer uma frente se se pretender impor toda a linha desta ou daquela corrente. E foi isso que Causa Operária tentou fazer no Congresso.

Indagados sobre a possibilidade de tal frente, colocamo-nos pela realização de uma plenária aberta para discussão das posições, contra qualquer conchavo de cúpula. A plenária foi realizada, mas foi totalmente manipulada pelo C.O. que possuía maioria e controle sobre o som. Tentou impor a linha de antecipação das eleições gerais como saída para a crise política do país. Explicamos que consideramos essa proposta equivocada. Os revolucionários não podem alimentar nenhuma ilusão nas massas sobre a democracia burguesa. Enquanto a burguesia conseguir enganar os trabalhadores com a falsa idéia da soberania popular através do voto ela continuará a exercer sua ditadura de classe. A participação dos revolucionários nas eleições pressupõe a denúncia das mesmas e a defesa do programa da revolução proletária. Não devemos alimentar nenhuma ilusão sobre as possibilidades das eleições servirem como resolução dos problemas das massas, que só se resolverão pelo método da ação direta.

Apesar da divergência, propusemos ao C.O. um acordo sobre a base dos pontos defendidos em comum no Congresso, sobre a defesa da ruptura da UNE com o Governo Itamar, defesa de uma campanha nacional de lutas e da greve geral por tempo indeterminado. Isso possibilitaria cada força participar da frente sem abrir mão de seus princípios.

Mas a direção altamirista preferiu impor a qualquer custo a defesa das eleições gerais e obrigou as outras forças a abandonarem a plenária.

Para a burocracia que dirige C.O. as eleições são mais importantes que a greve geral ou qualquer frente de esquerda.



XI Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

No final de julho se realizará mais uma Conferência do Comitê de Enlace. Este organismo conta com a participação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, do Comitê Construtor do POR Argentino e Chileno, do Socialismo Revolucionário do Uruguai e da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário do Brasil. O objetivo estratégico do Comitê de Enlace é impulsionar a construção dos partidos revolucionários em todo o mundo, tendo por base o Programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e o Programa de Transição da IV Internacional.

As correntes do Comitê de Enlace partem do reconhecimento que as condições objetivas de putrefação do capitalismo estão dadas para a revolução socialista internacional e que o problema se resume na crise de direção histórica aberta pela ascensão do estalinismo no Estado Soviético. A instalação da ditadura de Stalin e a completa revisão do programa internacionalista bolchevique destruiu o movimento revolucionário em todas as partes e facilitou o avanço da restauração capitalista, hoje em plena ofensiva no Leste Europeu, Rússia, China e Vietnã.

Em função de uma nova correlação de forças internacional, a Oposição de Esquerda foi derrotada pela burocracia estalinista, que se utilizou plenamente das conquistas da Revolução de Outubro, e assim a IV Internacional não pôde avançar no seu objetivo de implantar partidos verdadeiramente marxistas. Na década de 80, abriu-se uma nova etapa da luta de classes com a desintegração do aparelho estalinista e com a aberta política de restauração capitalista nas economias estatizadas. Longe de se tratar da crise do comunismo, como pretendem os próprios estalinistas e a burguesia, trata-se de um reflexo da crise mundial capitalista e da incapacidade da burocracia parasitária responder com medidas revolucionárias à desagregação econômica.

Em todo o mundo assistimos os partidos comunistas renegarem o marxismo e abraçarem o capitalismo socialdemocrata. No Brasil, o PCB se transformou no Partido Popular Socialista e seu principal dirigente se transformou num lacaios do governo pró-imperialista. O mais ortodoxo estalinista, o PCdoB, se mostrou completamente legalista e tributário das candidaturas reacionárias, como a de Quéricia, Fleury, reconhecidos corruptos. Por sua vez, as correntes pseudo-trotsquistas foram incapazes de compreender a Perestroika/Glasnost restauracionista e levantaram a bandeira coincidente com Gorbachov do Socialismo Democrático. Foram incapazes de levantar a bandeira de restabelecimento da ditadura do proletariado na

Rússia como fator estratégico da revolução política. Da mesma forma, escondem a estratégia da revolução e ditadura proletárias, utilizando-se do trotsquismo como máscara para a política esquerdista eleitoral.

O Comitê de Enlace, com todas as suas dificuldades, vem sustentando a tarefa de pôr em pé partidos programáticos, que traduzam para as situações concretas o Programa de Transição e o torne parte integrante da luta revolucionária do proletariado mundial. Uma das conclusões básicas, insistentemente defendida pelo POR boliviano, é que a desintegração das correntes de esquerda se deve ao fato de renunciarem a tarefa de construir o programa da revolução e ditadura proletárias. Desta forma, sobrevivem de políticas conjunturais e se caracterizam pelo oportunismo existista.

O Comitê de Enlace tem elaborado em todas as Conferências uma linha internacionalista de resposta à desintegração do capitalismo mundial e de bancarrota do estalinismo. Tem se preocupado em formular as bandeiras da revolução política contra a restauração capitalista na Rússia. As suas seções colocam-se por se apoiar no método da ação direta das massas, organizar os movimentos revolucionários e desenvolver-se programaticamente, como partido leninista de quadros.

Reconhecemos a debilidade de centralização internacional do Comitê de Enlace. Trata-se de um problema político que deve ser debatido na XI Conferência, de forma a dar um passo de maior organicidade na construção da direção internacional. Consideramos fundamental se fazer um balanço do trabalho do Comitê de Enlace, que abranja toda sua trajetória e dos progressos e recuos de suas seções. É fundamental que este balanço se volte para o objetivo de centralização e de impulso à construção de suas seções.

Viva a XI Conferência!

Viva a Revolução Proletária Internacional!

Internacional



A reunião do Comitê de Enlace tem importância na luta pela reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da Revolução Socialista

Encontro dos sete não surpreendeu

Desde semanas antes de se realizar, o encontro dos 7 maiores países do mundo já anunciava que ia fracassar. Os japoneses adiantaram que não reduziram o déficit americano nas relações comerciais. Os europeus adiantaram que não reduziram as barreiras alfandegárias e comerciais aos produtos americanos, nem cortariam ainda mais os subsídios internos. Todos adiantaram à Rússia, presente como convidada ao encontro, a impossibilidade de eliminar as sanções econômicas e comerciais vigentes desde os tempos de URSS, ou seja, que não abririam seus mercados aos produtos russos. Os sete mais um se reuniram sem ter o que fazer, pelos fracassos do GATT e de outras negociações anteriores.

O resultado do encontro é o seguinte:

1) Prossegue a recessão mundial e as tensões entre os EUA e os países europeus e o Japão continuarão através de um confronto comercial, que tende a se materializar em bélico inicialmente nos países semicoloniais e do Leste Europeu.

2) A crise na Rússia e no Leste se agravará e não poderá contar com um respiro econômico que poderia vir da exportação para o ocidente europeu.

3) As pressões dos países imperialistas sobre as semicolônias se agravará, visando destruir as forças produtivas e abrir os mercados.

4) A intervenção imperialista nos países em guerra civil deve se intensificar.

O que se coloca no mundo todo é a luta antiimperialista de massa. É preciso derrotar o imperialismo para evitar que este continue a destruir o planeta. Em cada país é preciso erguer as massas contra a opressão nacional. No Brasil, isso se traduz numa campanha nacional de luta pelas reivindicações das massas e contra o governo burguês servil ao capital estrangeiro.

Bolívia:

Vitória da abstenção

As recentes eleições para a presidência na Bolívia comprovaram a extraordinária desagregação da raquítica burguesia. As massas simplesmente rejeitaram ser arrastadas por detrás dos partidos corrompidos e submetidos ao imperialismo. A previsão do Partido Operário Revolucionário boliviano de que haveria grande abstenção, votos nulos e brancos, porque se desenvolvem tendências revolucionárias no seio das massas, se mostrou confirmada. Sob a bandeira de Abstenção e de Governo Desconhecido é Governo Derrotado, o POR trabalhou pela organização revolucionária dos explorados contra o Estado capitalista. Logo abaixo, reproduzimos o artigo de capa do Masas nº 1336.

"Viva a vitória da abstenção!"

Desconhecido o aborto da farsa eleitoral!

Por baixo, o potencial de cidadãos aptos a votar é mais de 3.039.398. Entretanto, o número de sufrágio em favor dos candidatos foi

de 1.252.000 em todo o país. Aqueles que não se inscreveram não votaram ou votaram branco ou nulo alcançaram 1.852.000, ou seja, 40% dos eleitores potenciais.

O candidato mais votado somente alcançou 463.000 mil votos, 37% dos votos emitidos e menos de 15% dos eleitores potenciais, o que é uma insignificante minoria em referência ao potencial eleitoral da população, que está muito distante do volume de abstenção, que foi de 60% dos eleitores potenciais e 48% dos votos emitidos.

Estes dados demonstram que a população desconheceu o aborto burguês saído da impostura eleitoral. Assim se confirma que a Bolívia chegará em 6 de agosto sem governo verdadeiro.

A convulsão social que já se percebe no horizonte imporá suas reivindicações por meio da ação direta e poderá acabar com a burguesia e expulsá-la do poder.

Governo desconhecido é governo derrotado!

Somália:

Vítima da barbárie imperialista

Mais uma vez as forças imperialistas de intervenção na Somália despejaram mísseis sobre a população, com objetivo de liquidar toda a direção do movimento guerrilheiro dirigido por Aidde. Os próprios observadores da ONU reconheceram 80 mortos entre civis e guerrilheiros. O

governo norte-americano, para esconder a barbárie cometida logo após a demagógica Conferência Internacional dos Direitos Humanos, falsificou o número de mortos, reduzindo-o para cerca de 18. A população enfurecida saiu às ruas gritando Fora Estrangeiros da Somália e no ímpeto de vingança acabou por matar 4 jornalistas.

Isto indica a que ponto o imperialismo é capaz de chegar para impôr suas regras de paz armada.

Agride-se um país de miseráveis em nome dos direitos humanos e da solidariedade internacional contra a fome. Na verdade, a Somália é mais um país atrasado e semicolonial vítima da exploração capitalista mundial, que para sobreviver mantém a maioria das nações sob o jugo da intensa opressão.

A ocupação militar da Somália é parte da estratégia militarista das potências. O mesmo ocorre com o Iraque, que se tornou um refém dos Estados Unidos após a guerra no Golfo Pérsico. A ameaça de tornar a intervenção na Iugoslávia em novas experiências bélicas está prestes a se efetivar. Na Ásia, os Estados Unidos preparam a guerra contra a Coreia do Norte, que resiste em ser controlada pelo acordo nuclear imposto pelas metrópoles. Cuba, por

sua vez, está bloqueada pelo cerco comercial. A pretexto de combater o narcotráfico, se efetiva intervenções militares, como na Bolívia.

Este quadro resumido do intervencionismo reflete a desagregação mundial do capitalismo e a transformação da crise econômica em guerras. Esta é uma tendência da situação mundial, que caminha para um maior agravamento. A luta antiimperialista, a defesa da soberania nacional das semicolônias e a autodeterminação das nações é parte do programa da revolução proletária. O trabalho pela superação da crise de direção das massas oprimidas passa pela luta antiimperialista, sem a qual não é possível derrotar o capitalismo e implantar o socialismo.

Fora o imperialismo da Somália!